LUTA, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA NA PARAÍBA: A LIGA CAMPONESA DE SAPÉ[1]

Juliana Ferreira Alves*

Resumo:
A Liga Camponesa de Sapé surgiu na Paraíba na década de 1950, como uma tentativa de conscientização dos camponeses a se organizarem, para que unidos pudessem lutar contra os excessos abusivos praticados pelos proprietários de terra ao homem e mulher do campo. A princípio, se constitui como associação de caráter beneficente, cujo objetivo era auxiliar os camponeses em defesa dos seus direitos trabalhistas; dando-lhe assistência jurídica, médica e educacional. Neste artigo, propusemos analisar de que maneira a Liga Camponesa de Sapé procedia diante das arbitrariedades cometidas pelos latifundiários, e como agiam para mobilizar a massa do campesinato a aderirem ao movimento; utilizaremos como fontes de pesquisas relatos de ex-camponeses que participaram da Liga e de pessoas que não participaram, mas que foram testemunhas oculares dos conflitos envolvendo camponeses e proprietários de terra.
Palavras-Chave: Liga Camponesa de Sapé; Resistência; Memória.

FIGHT, RESISTANCE AND MEMORY IN PARAÍBA: THE PEASANT LEAGUE OF SAPÉ

Abstract:
The Peasant League of Sapé emerged in Paraíba in the 1950s as an attempt to raise awareness among the peasants to organize themselves so that they could fight against the abusive excesses practiced by the landowners of the man and woman of the field. At first, it constitutes an association of beneficent character, whose objective was to assist the peasants in defense of their labor rights; giving them legal, medical and educational assistance. In this article, we propose to analyze and evaluate how the Peasant League of Sapé proceeded in the face of the arbitrariness committed by the landowners, and how they acted to mobilize the mass of the peasantry to adhere to the movement; we will use as sources of research reports of ex-peasants who participated in the League and of people who did not participate but who were eyewitnesses to the conflicts involving peasants and landowners.
Keywords: Peasant League of Sapé; Resistance; Memory.

Recebido: 17/07/2016
Avaliado: 01/11/2016

[1] _Este artigo foi apresentado e parcialmente publicado no evento "XI Encontro regional Nordeste de História oral – Ficção e poder: oralidade, imagem e escrita", em maio de 2017.

* Mestranda/PPGH-UFPB

Introdução

Tentar encontrar o fio da meada que resultou o surgimento da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, não é uma tarefa fácil. Visto que seus fios estão emaranhados a uma série de problemas enfrentada pelo homem do campo no meado nos anos de 1950, até a década de 1960, envolvendo camponeses e latifundiários. Mas para conseguirmos compreender o que esse movimento representou para o campesinato, é indispensável analisarmos o contexto político e social que o Nordeste estava vivenciando naquele momento.

Afinal, era nessa região que se concentravam as inúmeras críticas tanto por parte do governo, que enxergava o território nordestino como um lugar atrasado, vitimado pela seca e subdesenvolvido; quanto por aqueles que comparavam o Nordeste com outras regiões do país, na qual a historiadora Maria do Socorro Rangel na sua dissertação "Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas na Paraíba", adverte-nos sobre o desejo que imperava na cadeira presidencial de transformar o Brasil em um país desenvolvido.

Mas, tais anseios esbarravam das disparidades regionais que insistiam em deixar o Brasil no status de terceiro mundo.

Embora o presidente Juscelino Kubitschek na época tenha tomado algumas medidas para impulsionar o desenvolvimento industrial na região, por meio da criação da Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste – SUDENE - com construções de açudes, para minimizar o efeito da seca; com financiamento de empréstimos a juros baixos, para incentivar a modernização do campo; e com tantas outras providências nesse sentido. Ainda assim, não foi suficiente para apaziguar os conflitos existentes entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terras, tampouco para extrair do território nordestino o estigma negativo que pesava sobre ele.

Apesar das campanhas positivas em torno da implantação do projeto, sobretudo por parte da imprensa, que já vinha publicando, nas suas manchetes, várias irregularidades presentes no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS - principalmente sobre a participação da oligarquia agrária local que estava a se beneficiar com os recursos públicos destinados a amenizar o sofrimento da população nordestina. Deste modo, essas denúncias apontava a criação da Sudene como uma alternativa de solucionar não apenas a corrupção do DNOCS, como também o subdesenvolvimento do Nordeste. Muitas dessas reportagens foram escritas pelo jornalista Antônio Callado, que utilizava-se do jornal *Correio da Manhã*, para a veiculação de tais notícias.

Segundo Antônio Torres Montenegro (2008, p. 18), "Na série de reportagens que realizou, Callado denuncia a indústria da seca, ou seja, os mecanismos através dos quais os

latifundiários transformaram os problemas decorrentes da seca em um grande negócio. Denuncia também como os açudes construídos com verbas públicas, para beneficiar toda uma população rural, acabam atendendo a uns poucos latifundiários.”. Ainda conforme Montenegro (2008) essas publicações não só alertavam a sociedade brasileira sobre o que acontecia no Nordeste, como também promoviam uma pressão para que os políticos da época aprovassem a criação da Sudene e, desta maneira, conseguissem acabar com a crise que se abateu sobre a região. Ele menciona isso quando diz:

> Toda essa série de reportagens de Callado resultaram de um movimento dentro do governo Juscelino Kubitschek, que estrategicamente procurava obter o apoio daquele jornal aos projetos que apresentava para responder à grave crise que dominava o Nordeste, ampliada com a enorme seca de 1958. O apoio da opinião pública, era considerado de grande importância para vencer a resistência de muitos parlamentares no Congresso ao projeto Operação Nordeste, implementado por Celso Furtado e que resultou na fundação da Sudene (MONTENEGRO, 2008, p. 18).

Portanto, a Sudene foi mais uma ação do governo, diante de tantas outras medidas que a antecederam, para promover um desenvolvimento no território nordestino capaz de retirá-lo dessa roupagem de uma região atrasada. Mas tais esforços não foram o suficiente para que houvesse uma real transformação no sentido de industrializá-lo.

Além dessas críticas por segmentos políticos em relação ao Nordeste, havia também as diversas matérias denunciando as violências presente no campo, ocasionadas pelas divergências dos grupos oligárquicos com os camponeses. Segundo Azevedo (1982) esses embates aconteciam em decorrências da “[...] profunda mudança nas relações de produção no interior do sistema canavieiro, tendo por base a expropriação completa e definitiva do produtor direto e a sua expulsão da terra” (AZEVEDO, 1982, p.44).

Na verdade, tais atos eram fruto de uma estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terra, assegurando os privilégios dos latifundiários sobre a massa campesina. Os jornais da época serviam como porta-vozes, denunciando as diversas irregularidades praticadas pelos proprietários de terras ou cometidas por seus jagunços contra os camponeses. O Nordeste teria se transfigurado, de acordo com Azevedo (1982), num “barril de pólvora” prestes a explodir a qualquer momento.

Foi nessa conjuntura política e social que surgiram as Ligas Camponesas, como um movimento de resistência em defesa dos direitos trabalhistas do homem do campo, que eram constantemente desrespeitados pelos latifundiários. As Ligas também agiam em auxílio dos

camponeses quando estes sendo expulsos das terras onde moravam, mas que de fato pertenciam aos proprietários de terra, ficavam sem saber para onde ir.

Neste sentindo, a historiografia do campesinato trata a Liga Camponesa da Galiléia - PE como a “Liga Mãe”, devido a sua importância e repercussão social, visto que inspirou outros trabalhadores do campo a se organizarem para reivindicar por seus direitos. Principalmente, quando esse movimento, segundo Rangel (2000), conseguiu por vias judiciais a desapropriação do terreno do Engenho Galiléia, propriedade até então pertencente ao senhor Oscar Beltrão, que teria aumentado o foro[2] e pedido a desocupação da sua terra pelos galileus, motivo que levou os mesmos a buscar, por intermédio da justiça, uma solução para o problema. Para Rangel (2000), a vitória judicial dos camponeses, em 1959, serviu de exemplo para que outras ligas se formassem e se espalhassem pelo território brasileiro, tomando como referência positiva o episódio da Liga da Galiléia.

Conforme Montenegro (2008), a aprovação favorável aos camponeses do engenho teria provocado uma série de críticas oriunda de uma parcela abastada da sociedade, que se subjugaram ameaçados por essa atitude do governo local de Pernambuco, cuja indignação fica explícita na manchete do jornal *O Estado de São Paulo,* publicado em 18 de fevereiro de 1960, ao trazer na matéria, o desfecho dessa desapropriação:

> Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria, como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais campesinos assalariados, desejosos de favores idênticos (MONTENEGRO, 2008, p. 21).

Portanto, fica evidente no texto jornalístico citado acima, que a classe dominante manteve-se apreensiva com essa medida, pois eles acreditavam que o ato pudesse ocasionar uma propagação de eventos semelhantes organizado por trabalhadores rurais. Apesar de ter ocorrido uma expansão considerável no número de fundações de ligas camponesas no Brasil, principalmente na região nordestina, ainda sim a aprovação judicial em benefício dos camponeses não era algo comum no meio jurídico. Visto que era a palavra de um camponês contra “autoridade” de um latifundiários.

Já na Paraíba, a grande expoente da luta e resistência vai ser a Liga Camponesa de Sapé, na liderança do camponês João Pedro Teixeira, que desde os anos de 1954, como nos adverte a socióloga Bernardete Wrubleski Aued (1986), já vinha desempenhando um importante papel de conscientização dos trabalhadores rurais pela opressão que estes sofriam nas mãos dos latifundiários. Ainda de acordo com Aued (1986), a criação da liga na zona rural da cidade de

[2]Um tipo de aluguel que os trabalhadores rurais pagavam aos proprietários de terra para utilizar o terreno. Esse foro poderia ser pago tanto em produtos agrícolas quanto em dinheiro.

Sapé, mais especificamente no quintal da casa de João Pedro, não durou muito tempo, sendo extinta logo em seguida – reaparecendo em 1958 com um novo perfil, agora como movimento institucionalizado. Essa vestimenta de legalidade garantiu não só a sobrevivência do grupo diante das ameaças dos proprietários de terra, mas sobretudo o fortalecimento do movimento, que conseguiu mobilizar cada vez mais o número maior de pessoas a aderirem a luta contra os desmandos dos latifundiários e por melhores condições de trabalho.

Como Ocorreu o Processo de Adesão a Liga Camponesa de Sapé

Quando João Pedro voltou para Sapé, em 1954, e foi morar em uma das propriedades do sogro, no sítio denominado de Antas do Sono, pôde perceber no cotidiano da vida no campo a precariedade com que as pessoas a sua volta viviam – eram camponeses subjugados ao cambão[3] e outros tipos de explorações trabalhistas que os prendia-o ao latifundiários. Ao se deparar com essa situação arbitrária, João Pedro resolve conhecer as reais condições do homem do campo.

Na biografia de Elizabeth Teixeira, organizada pela historiadora Lourdes Maria Bandeira *et al* (2012), ela nos relata como tudo aconteceu:

> João Pedro chegou a Sapé no dia 30 de maio de 1954. Uma semana depois, papai mandou alguns trabalhadores dele para ajudar a gente a fazer um terreno para plantação. João Pedro foi também para a cavagem dos leirões. Alí ele viu bem a situação daqueles homens. Quando chegou a hora do almoço, João Pedro ficou impressionado com o que eles comeram, apenas farinha com um pedaço de rapadura, outros uma piaba assada, outros alguns caroços de feijão cozido na água e sal. Ele achava aquilo um absurdo.Como João Pedro já tinha uma ideia de organização, por causa do sindicato que ele tinha criado em Recife; na semana seguinte, ele começou a sair para andar no campo, para conversar com os trabalhadores. (BANDEIRA *et al*, 2012, p. 69)

Na fala de Elizabeth, podemos perceber que esses camponeses além de não ter seus direitos trabalhistas respeitados, estavam desprovido do básico, isto é, uma alimentação balanceada condizente com os esforços físicos realizados em seus ofícios. Diante desse fato e por já possuir uma noção de organização de ordem sindical, João Pedro fez sua primeira tentativa de conscientização da massa campesina no interior de Sapé – sem êxito diante das perseguições por parte dos latifundiários, a Liga dissolve-se no mesmo ano.

Na perspectiva de Aued (1986), a Liga de Sapé retornou no ano 1958, com uma nova fisionomia, não mais enquanto movimento e sim, como associação beneficente, cuja a finalidade era dar assistência aos homens e mulheres do campo.

[3]Cambão era uma espécies de trabalho gratuito de dois à três dias na semana, na qual camponeses tinham que submeter ao dono da terra onde moravam.

> Ressurgiu em 1958 com novas feições, novos métodos de ação. Não mais uma Liga doméstica, mas uma Associação com sede na cidade de Sapé. A característica fundamental desta mudança parece se inscrever numa orientação nova, no sentido de institucionalizar o movimento, colocá-lo nos limites da legalidade burguesa. Também procurava mostrar que tal movimento não era 'coisa de comunista', mas de camponês explorado que tem alguns direitos, e não só deveres. Esta mudança fortaleceu muito o movimento embrionário que, já a partir de primeira reunião, mobilizou a imprensa e a opinião pública (para acompanhar a iniciativa). (AUED, 1986, p.33)

Com esse *status* de legalidade, a Liga Camponesa de Sapé é oficialmente criada com o nome Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, de acordo com Aued (1986), esta instituição não possuía a denominação de Liga e nada que lembrasse ao camponês, tendo na sua liderança, João Pedro Teixeira, embora a presidência estivesse a cargo de Severino Barbosa.

A forma de mobilização que João Pedro encontrou para organizar os camponeses, para lutar e reivindicarem por seus direitos, foi através da "conscientização", no sentido de levá-los a compreender que eles estavam sendo explorados pelos proprietários de terra e que a única maneira deles se libertarem dessa opressão era por meio da união dos companheiros. Segundo Elizabeth Teixeira:

> Para João Pedro, não foi fácil organizar o homem do campo. Todo mundo tem conhecimento de como era a situação do campo naquelas épocas de 1954, 1958, até 1962, quando ele foi assassinado. Não era fácil para João Pedro porque o homem do campo acreditava que tinha nascido para sobreviver sendo escravo do patrão. Então, para colocar na cabeça dele que ele não era escravo, que ele morava ali, que trabalhava ali e que tinha os seus direitos, não foi fácil. (BANDEIRA *et al*, 2012, p.67)

As memórias de Elizabeth, a respeito dessas intervenções realizadas por João Pedro, para conscientizar o camponês sobre seus direitos, também vai está presente nas recordações da senhora Severina Gomes que na época foi testemunha ocular daquele contexto histórico. De acordo com ela:

> Ele (JPT) era uma pessoa companheiro. Ele gostava muito de conversar e aconselhar o povo. Também orientava. O pessoal era tudo vexado. Só ia na conversa do patrão. E ele era quem abria a mente do povo, dos trabalhadores [...] pra eles se organizarem; trabalhar, procurar seus direitos; exigir os direitos do patrão. Foi isso que ele fazia.(depoimento de Severina Gomes, *apud* VAN HAM, 2006, p. 79)

Embora tenhamos falado a princípio em "conscientização", quando nos referimos à maneira como João Pedro atuava para convencer esses camponeses, a reivindicarem por seus direitos, Ivan Targino *et al* (2011) ressalta que muitos desses trabalhadores do campo já possuíam a consciência de que estavam sendo explorados. Mas diante daquela conjuntura de violência e sujeição que eles se encontravam, manter-se controlados, reprimidos as suas indignações, foi a tática mais conveniente para aquele momento.

Ainda conforme o pensamento de Targino *et al* (2011) sobre esse assunto:

> Gostaríamos de questionar a visão de que os camponeses não tinham consciência. Preferimos pensar que eles tinham consciência da sua condição de exploração, no entanto, em um contexto de repressão e extrema violência, tinham poucas alternativas de resistência aberta, de enfrentamento direto com os patrões. A intensidade do crescimento quantitativo dos participantes e a expansão geográfica e política das ligas podem também ser entendidas como a expressão de uma consciência da exploração já presente entre os camponeses, que, até então, não havia tido a oportunidade de se expressar pública e coletivamente. (TARGINO *et al*, 2011, p. 90)

Portanto, na perspectiva de Targino *et al* (2011), a função do movimento não foi conscientizar os camponeses da sua condição de explorado, visto que ele já trazia dentro de si essa noção. No seu ponto de vista, o papel da Liga se restringia em organizar esses trabalhadores rurais e dar visibilidade a essa percepção que eles tinham de si e daquela situação.

É importante salientar que nessa "conscientização", sendo anterior ou posterior a João Pedro Teixeira e às Ligas Camponesas, ficou notório que alguns desses camponeses (cada um ao seu modo) tentaram reagir às arbitrariedades cometidas pelos latifundiários, sem necessariamente confrontá-los diretamente. Para James Scott (2011), essas resistências individuais, aconteciam no cotidiano do campesinato e dava-se de diferentes formas.

> Poderíamos chamar de formas cotidianas de resistência camponesa – a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros. A maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva. Tenho em mente, neste caso, as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, e assim por diante (SCOTT, 2011, p.219).

Esse modelo de resistência - na qual os camponeses se valiam taticamente para burlar a ordem dominante, sem que para isso houvesse um embate entre eles, seria aquilo que Michel de Certeau (2014) na obra "Invenção do cotidiano: artes de fazer", ao abordar os conceitos de tática e estratégias para se referir as relações de força, entre dominantes e dominados – mostra como os camponeses acabam utilizando táticas para (astuciosamente) tirar algum proveito de algo que teria sido imposto a eles

O surgimento da Liga Camponesa de Sapé possibilitou que essas ações que aconteciam de forma individuais e ocultas; pudessem através da organização de outros companheiros, que estavam na mesma situação, tomar o corpo de coletividade. E, assim mobilizados, conseguissem combater os excessos praticados pelos proprietários de terras.

Ao retomarmos a concepção de "conscientização", seja por intermédio de João Pedro Teixeira ou porque alguns camponeses já possuía esse entendimento, é importante destacarmos

que os trabalhadores rurais em sua maioria ainda não tinham essa compreensão de estarem sendo explorados. Isso talvez, seja justificado pela relações que eles tinham de reciprocidade com seus patrões. De acordo com Afrânio Garcia e Moacir Palmeira (2001) as práticas patronais garantiam aos camponeses, sobretudo aqueles que eram moradores destes latifundiários, a "proteção e ajuda quando alvo de dificuldades, sobretudo as associadas a enterros, doenças, nascimentos ou querelas com indivíduos de fora da propriedade. A essas 'dádivas' recebidas do patrão correspondiam obrigações variadas em trabalho" (GARCIA *et al*, 2001, p. 49).

Mas quando ocorreu as mudanças na relação de produção, houve uma ruptura desse pacto paternalista, envolvendo camponeses e proprietário de terra. Essa quebra de reciprocidade levou os trabalhadores do campo a procurar nas Ligas a assistência para o seu desamparo.

Vale ressaltar, que essa tarefa de "conscientização" não era algo exclusivo de João Pedro, outros membros da Liga, como João Alfredo Dias (Nego Fuba), Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e tantos outros também desempenhavam esse papel. E as táticas que eles utilizaram eram bastantes diversificadas e criativas; eles iam para as feiras aos sábados e domingos, onde sabiam que se concentrava um grande número de camponeses, e lá realizavam comício ou propaganda de boca em boca, para tentar convencê-los a aderir à Liga. Os integrantes também iam visitar as fazendas e usinas, disfarçados de vendedores, como foi o caso de Pedro Fazendeiro, segundo as lembranças do senhor Expedito Maurício da Costa.

> Eu conheci também o membro das Ligas Camponesas conhecido por Pedro Fazendeiro. Dizia meu pai, que era admirador do movimento das Ligas, que no início, na criação das Ligas Camponesas aqui em Sapé, para poder o movimento chegar ao conhecimento nos canaviais dos usineiros, Pedro Fazendeiro se encarregava de levar um tabuleirozinho de cocada para vender aos cortadores de cana. Uns pagava, e aqueles que não pagava ele dizia: pode ficar fiado, depois se você tiver dinheiro você paga. Nesse ínterim, ele pregava o movimento das Ligas aos camponeses. Daí surgiu o movimento, porque era proibido entrar nos canaviais dos usineiros, por medo das Ligas Camponesas. O vendedor de cocada tinha acesso, não chamava a atenção de ninguém. Era interessante. (depoimento de Expedito Maurício da Costa, *apud* VAN HAM, 2006, p. 39)

Foi através dessas táticas que o povo passou a conhecer a Liga, e os seus afiliados. E quando havia a necessidade de pedir ajuda, recorreriam à associação, como nos testemunha o senhor Antônio Pedro Eugênio:

> Os fazendeiros botavam o gado na lavoura do povo, e chegavam os lavradores, à meia noite à casa de João Pedro, dizendo: 'Seu João Pedro, o gado está comendo minha lavoura todinha'. Ele se levantava da cama, botava a arma dele – era uma faquinha – botava a aram nos quartos, e ia lá acertar com aquele fazendeiro [...]. (depoimento de Antônio Pedro Eugênio, *apud* VAN HAM, 2006, p. 75)

As recordações do senhor Antônio é atrelada a outras memórias que, somada às dele, vão nos dando um panorama de como os membros do movimento de Sapé procediam. Todavia,

entrar em contato com essas lembranças é se confrontar com um campo minado de esquecimentos, traumas, seleções consciente ou inconsciente do que pode ser dito ou silenciado. Por isso devemos estar atento a todos os detalhes presente nos depoimentos e nas entrevistas, como nos chama a atenção Ecléa Bosi (2003): “Os lapsos e incertezas das testemunhas são o selo da autenticidade... A fala emotiva e fragmentada é portadora de significações que nos aproximam da verdade. Aprendemos a amar esse discurso tateante, suas pausas suas franjas com fios perdidos quase irreparáveis” (BOSI, 2003, p.63-65).

Sendo assim, as memórias de homens e mulheres aqui citados, evidencia-nos a importância que a organização teve, principalmente no que diz respeito a sua atuação para mobilizar o campesinato que estavam disperso na zona rural de Sapé. Se considerarmos a maneira como esses camponeses eram tratados pelos patrões no dia-a-dia do seu trabalho, e como o confronto direto poderia provocar uma tragédia para o camponês, torna-se compreensível o medo que eles sentiam em enfrentar os donos das terras pelas ações abusivas cometidas.

Nos relatos do advogado e deputado Francisco Julião, figura de grande destaque nas ligas camponesas no Brasil, especialmente por ter apoiado a Liga Camponesa da Galiléia e também as demais ligas que foram surgido no país – no seus escritos publicado no *Caderno do Povo Brasileiro*, em 1962, encontra-se uma descrição dos tipos de atrocidades praticadas pelos latifundiários contra o homem do campo:

> Derrubam os casebres e arrancam de trator, as fruteiras dos camponeses rebelados contra o aumento extorsivo do foro, o cambão, o vale do barracão, o capanga, o salário de fome. Arrastam-nos de jipe, deixando-os em carne viva. Amarram-nos sobre o caminhão como se faz com o gado e passeiam até a cidade. Com um ferro em brasa marcam-lhe o peito e as nádegas. Um é posto lambuzado de mel sobre um formigueiro. Outro é metido numa cuba cheia d’água, permanecendo noite e dia a pão seco, servindo-se daquela mesma água contaminada pela urina e pelas fezes, onde fica mergulhando até a boca. Um terceiro é caçado como uma raposa e morto a tiros de revólver e rifle. E quando a família põe uma cruz tosca de madeira, como é de costume, no lugar onde tombara, a fúria do latifúndio se abate sobre a cruz, que é desfeita em pedaços [...] (RAMOS, 1989, p. 36)

A partir do que foi exposto acima, podemos concluir o quanto era difícil para o camponês entrar em contenda com os latifundiários, sobretudo se eles resolvessem associar-se ao movimento. Para Severino Ramos (1989), “A violência por parte dos proprietários contra os trabalhadores rurais que ousavam filiar-se às Ligas Camponesas ultrapassava a barreira do simples temor de uma revolução agrária para atingir as raias do ódio e da insensatez” (RAMOS, 1989, p. 23). Nesse sentido, manter-se “neutro” ou/e camuflar suas intenções, era uma tática de preservar-se da opressão dos donos de terra, simultaneamente em que agia discretamente no cotidiano para burlar as normas que o subjugava.

As Conquistas Que o Homem do Campo, Conseguiram Através da Liga de Sapé

A Liga Camponesa de Sapé obteve diversos benefícios para os trabalhadores rurais, tanto na saúde, educação, direitos trabalhistas e lutou também pelo fim do cambão e outros tipos de explorações aos quais o homem do campo estava subordinado. Entre eles: o vale barracão[4], pulo da vara[5], aumento do foro, expulsões das terras onde moravam sem direito a indenizações, enfim, arbitrariedade que prejudicava os camponeses.

De acordo com Ivan Targino *et al* (2011), os serviços de saúde no campo era quase inexistente, essa realidade só veio a mudar quando o movimento camponês conseguiu trazer oito postos do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência- SAMDU - para algumas cidades da região, inclusive para o próprio município de Sapé. O testemunho do senhor Malaquias Batista nos permite compreender como ocorreu esse processo.

> Bem, a experiência do Samdu foi muito interessante. Uma particularidade já foi descrita por Assis Lemos, o fato de ter um serviço organizado a partir de um movimento popular, e o próprio movimento popular tendo o papel de decidir quem deveria ser os participantes, o quadro, a equipe desse serviço. [...] Eu creio que esses serviços foram, de certa forma, um protótipo de alguma coisa que se faz, hoje, em grande parte do mundo, que é uma tentativa de democratizar a saúde (relato de Malaquias Batista no Seminário Memória Camponesa *apud* TARGINO *et al*, 2011, p. 100-101)

Ainda sobre a conquistada do Samdu e como isso beneficiou as famílias dos trabalhadores do campo, Elizabeth Teixeira, já na liderança da associação de Sapé nos relata como foi sua experiência neste sentido:

> Naquele tempo, já se tinha o SAMU [sic], que foi uma reivindicação das Ligas Camponeses depois da morte de João Pedro. O posto de urgência foi conseguindo através de Assis Lemos, que era deputado e também tinha um trabalho nas Ligas camponesas. Através do presidente João Goulart, ele arranjou o posto de urgência do SAMU [sic] para Sapé, para atendimento das famílias dos camponeses. E tudo isso a gente tinha que saber, tinha que providenciar, era muito trabalho. (BANDEIRA *et al*, 2012, p.105)

Além de melhorar o serviço de saúde dando assistência médica a todos aqueles que necessitavam, o movimento também tentou alfabetizar o máximo possível de camponeses. Vale salientar, que naquele período de 1950 e 1960, o índice de analfabetismo era bastante alto no país, tirando assim o direito de muitos brasileiro de votarem, sobretudo o trabalhador rural. Na perspectiva de Afonso Celso Scocuglia (1999), a prerrogativa do voto garantia a esses cidadãos a participação na política. Portanto, uma ameaça ao conservadorismo da época. Ainda conforme o autor, o território nordestino era uma área com elevado índice de analfabetismo. Caso os programas educacionais alcançasse os efeitos esperados, haveria uma transformação significativa no número de eleitores no Brasil. Com relação isso, Scocuglia (1999) afirma que:

---

[4]Naquela época era comum na zona rural ter um estabelecimento comercial denominado de barracão, uma espécie de mercearia que vendia produtos alimentícios e utensílios para o lar a preço bem acima do valor convencional.
[5]Era a medição de uma área trabalhada pelo camponês que deveria medida por uma vara. A remuneração dos trabalhadores rurais iria de acordo com a quantidade de metros trabalhados. Entretanto, os administradores da fazenda utilizava uma vara com o tamanho de 2 metros e 30 centímetros, ou seja 20 centímetros a mais, prejudicando assim o camponês.

> Na região Nordeste, com seus 59,8% de analfabetos, a proporção de novos eleitores "conscientizados" duplicaria nas eleições presidenciais marcadas para 1965. Além do mais, no Nordeste havia um candidato natural à presidência (ou à vice) ou, no mínimo, um forte cabo eleitoral das "esquerdas": Miguel Arraes. Por outro lado, havia camponeses organizados em conflito com proprietários rurais, além da crescente participação política, nas maiores cidades nordestinas, de sindicatos operários, bem como de estudantes universitários e secundaristas. (SCOCUGLIA, 1999)

Se reduzirmos a escala de porcentagem do analfabetismo no Nordeste para a Paraíba, a proporção de pessoas analfabetas, de acordo com os dados levantados por Scocuglia (1999), giram entorno de 66,8% no total da população do estado paraibano. A estratégia de introduzir os trabalhadores rurais no mundo das letras foi uma manobra das ligas camponesas, para ganhar notoriedade da esfera política por intermédio dos futuros eleitores camponeses. Porém a situação desses homens e mulheres do campo era bastante complicada, até para aqueles que eram alfabetizados como nos relata o agrônomo Assis Lemos:

> Naquela época, a maioria da população paraibana estava no campo, eram camponeses, mas, naquela época, o voto, só quem votava era o alfabetizado. Os camponeses eram analfabetos, então não tinham como votar e, além disso, companheiros, aqueles camponeses que por acaso soubessem assinar o nome e tirassem o título de eleitor, no dia da eleição o chefe político, o usineiro, o dono de engenho, o que fosse, pegava os seus camponeses, aqueles eleitores, botava em cima de um caminhão, levava para a cidade e ficava perto da seção eleitoral. [...] E, assim, a fila dos eleitores que vinham do campo votava dessa forma, o primeiro votava em branco e os outros tinham que trazer a cédula em branco para ele botar o nome dos candidatos, botava na cédula e votava, e assim ganhavam as eleições. [...] Como é que um candidato camponês, apoiado pelos camponeses, podia ter votos dessa forma? (depoimento de Assis Lemos, *apud* TARGINO *et al*, 2011, p. 101)

Portanto, o processo de alfabetização desses camponeses, significaria ter vez e voz na política, isso facilitaria muito a luta por melhores condições de trabalho no campo. Além de abrir a possibilidade para a discussão sobre a necessidade da implantação de uma reforma agrária no país. Diante disso, várias medidas foram tomadas para ensinar esses camponeses a lerem e escreverem – para isso, a Liga de Sapé contou com o apoio da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) que utilizava o método de Paulo Freire para alfabetização dos trabalhadores rurais.

Os procedimentos adotados pelo movimento camponês para a efetivação do ensino no campo, ocorria por meio da execução de aulas direcionadas, "principalmente", para as filhas do camponeses que se tornariam futuras professoras, cuja atuação se concretizaria ao lecionar para os seus pais e as pessoas da redondezas. É importante frisar que essa educação popular dirigida pela CEPLAR não era voltada exclusivamente para o sexo feminino, mas a todas as pessoas que tinham interesse em aprender se alfabetizar.

O camponês não era visto como uma ameaça para a sociedade conservadora, uma vez que não possuía o voto como arma de decisão no âmbito político. Percebe-se na declaração de uma das lideranças da Liga Camponesa de Sapé, Assis Lemos:

> "O pessoal da CEPLAR ia até as sedes das Ligas para realizar o treinamento das futuras professoras. Os camponeses se encarregavam de construir, nas fazendas, barracões rústicos que serviriam de escola. A noite, após o dia de trabalho, assistiam às aulas, tendo como professoras suas próprias filhas. Esperava-se, em um ano, alfabetizar 80% dos camponeses filiados às Ligas. Os camponeses, por serem analfabetos, nem na época das eleições eram considerados. Pelo contrário, eram chamados de 'cobra d'água', ou seja, não tinham o 'veneno'" (LEMOS *apud* XAVIER, 2010, p, 113).

Deste modo, a educação é colocada como prioridade porque assumiu um duplo propósito, o primeiro, no sentido de garantir o direito ao voto em prol dos camponeses, e o segundo, por tentar "conscientizá-los" através de uma "pedagogia" que abarca-se o "mundo do camponês". A figura de Francisco Julião foi de grande relevância nesse sentido. Sendo autor de diversas cartilhas com teor de politização dos trabalhadores rurais, tais como: *o ABC do camponês*, *Carta de alforria*, *Guia do camponês*, *Bença mãe,* e tantas outras obras com esse perfil. "Escrito em linguagem simples, o documento tinha um objetivo: ser lido *pelos* camponeses. Além disso, em razão do elevado índice de analfabetismo no campo, ele havia sido produzido também *para* ser lido para os camponeses. Manifestava-se a força do texto e a eficácia de sua mensagem, pois a forma como foi elaborado pressupunha um enunciador que fala diretamente com esse camponês [...]" (MOTTA; ESTEVES, 2009, p. 247, grifo do autor).

Para Motta e Esteves (2009), o método de abordagem adotado possibilitava utilizar frases curtas, elementos do cotidiano, tudo que pudesse remeter ao "universo" que esses trabalhadores rurais estavam inseridos.

Além de intervir na área educacional, a Liga Camponesa de Sapé também dava assistência jurídica para o camponês que se sentisse ameaçado pelos latifundiários, ou tivesse seus direitos trabalhistas desrespeitado pelos os mesmos. Seja na luta por vias judiciais para requerer indenizações por destruições de lavouras e pelas benfeitorias realizadas nas terras onde moravam e que agora estavam sendo expulsos – ou até mesmo por processo criminalista aberto contra os proprietários de terras que mandavam surrar o camponês que ousasse desobedecê-los.

O modo como os patrões procediam, para a desapropriação das suas terras, foi relatado pelo professor Cláudio Santa Cruz Costa em uma entrevista realizada pelo jornal "A União", publicada no dia 27 de março de 1994. Segundo ele:

> Camponeses e moradores eram expulsos das terras, as casas de palha queimadas e as pequenas lavouras de subsistência confiscadas sem a menor indenização. Os programas geralmente se realizavam à noite, quando famílias inteiras eram despertadas pelas tochas incendiárias sem o menor aviso prévio. E lá iam, pelas madrugadas, em demanda do horizonte, o pequeno rebanho apavorado. Eram mulheres e crianças que gemiam e que choravam, deixando para trás o tugúrio em chamas. (Entrevistado pelo o jornal A União: Cláudio Santa Cruz Costa, *apud* LEMOS; PORFÍRIO, 2013, p. 20).

Eram em episódios como estes, que levava a associação de Sapé a intervir a favor do homem do campo, prestando auxílio jurídico por intermédio de advogados voluntários que se identificavam com os ideais do movimento. Entre os personagens de destaque vai estar a presença da recém advogada Ophélia Amorim, mesmo sendo de classe média, teve um enorme engajamento nas Ligas Camponesas na Paraíba, em especial a Liga de Sapé. É ela que vai atuar em defesa dos direitos trabalhistas dos camponeses. Conforme o seu depoimento para Comissão da Verdade na Paraíba, Ophélia nos narra como foi sua experiência de interceder judicialmente em beneficio desses agricultores:

> Então, eu lembro bem que o meu primeiro processo foi exatamente segurar um camponês que havia sido despejado porque as Ligas trouxeram um fenômeno interessante, embora detentores do poder absoluto, inclusive contando com o apoio da Justiça e da polícia, os proprietários de terra, diante das reações das Ligas, começaram a ter um certo medo, um certo receio de, por exemplo, espancar os camponeses para que eles abandonassem a lavoura que haviam preparado, plantado. Então, começaram a fazer processos judiciais, notificava para desocupar e se o camponês evidentemente não tivesse advogado, decorria do prazo que lhe foi dado e ele seria despejado. Então, nós começamos a fazer esse trabalho de defender a posse. Quer dizer, quando eles entravam com a ação de reintegração de posse, nós contestávamos e íamos discutir na Justiça, quer dizer, aparentemente parecia fácil, mas havia toda uma violência ao redor disso, quer dizer, violência, ameaça, espancamentos, até, dos líderes e isso, como uma forma de, mesmo havendo processo judicial, obrigar os camponeses a desistirem e entregarem, como era realmente o objetivo dos proprietários de terra. (Depoimento de Ophélia Amorim para Comissão da Verdade na Paraíba *apud* BEZERRA, 2016, p.104).

Portanto, o desempenho de Ophélia Amorim não se restringia apenas aos casos referentes às expulsões desses camponeses das terras onde residiam, mas legalmente pertenciam aos latifundiários, que usavam da violência para expropriação dos seus terrenos. Enquanto advogada, também atuou na justiça do trabalho, nos processos que os camponeses moviam contra os patrões que descumpria os direitos trabalhistas previsto na constituição. Direitos pelos quais eles só sabiam que possuíam por intermediação das Ligas Camponesas. Ainda de acordo com Ophélia:

> [...] os camponeses não tinham o menor direito, mesmo quando ele era empregado, quer dizer, não posseiro, nem meeiro, mas, quando ele era empregado, ou seja, ele não tinha jornada de trabalho, ele não tinha férias, não tinha aviso prévio, naquela época ainda não tinha sido votado o 13° que foi uma grande conquista do trabalhador brasileiro, mas durante o governo de João Goulart. Então, nós também começamos a atuar na Justiça do Trabalho. (Depoimento de Ophélia Amorim para Comissão da Verdade na Paraíba *apud* BEZERRA, 2016, p.104)

Na fala de Ophélia, podemos perceber o quanto a sua participação nas ligas foi de suma importância para o movimento, pois tentava garantir para os trabalhadores rurais o cumprimento das leis. Assim sendo, a Liga Camponesa de Sapé tentou na medida no possível amparar e proteger os camponeses, auxiliando de que maneira eles deveriam proceder caso tivessem algum tipo de confronto com os latifundiários, ou quisessem reivindicar por seus direitos, acabando desta forma com as explorações que estavam subordinados.

Considerações Finais

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, também conhecida como Liga Camponesa de Sapé, surgiu da necessidade de organizar os camponeses do campo, para reivindicarem por melhores condições de trabalho, em especial pelo o fim do cambão e pela expulsão dos agricultores nas terras onde residiam, sem direito a nenhum tipo de indenização pelos anos trabalhados e os benefícios lá realizados.

Ao constatar as diversas explorações trabalhistas presentes na zona rural, na cidade de Sapé – PB, o camponês João Pedro Teixeira tentou mobilizar o máximo possível de camponeses para se organizarem, pois só juntos seriam capazes de unir força ϖ suficiente para enfrentar o latifundiários. Ele, enquanto líder desse movimento de resistência, contou com o apoio de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro para sensibilizar o povo a filiar-se ao movimento. As conquistas adquiridas pela associação foram muitas e ocorreram em diferentes áreas: educação, saúde, direitos trabalhistas e tantos outros benefícios a serviço do camponês.

Para conseguirmos entender de que maneira a Liga de Sapé atuou nas décadas de 1950 e início dos anos 1960 na Paraíba, utilizarmos as memórias de trabalhadores rurais que viveram naquele período e presenciaram esse acontecimento histórico. A partir das suas lembranças obtivemos um panorama de como viviam os homens e as mulheres no campo, naquela ocasião de efervescência política e social na região.

Referências Bibliográficas

AUED, Bernardete W. **A vitória dos vencidos:** Partido comunista brasileiro - PCB e Ligas camponesas (1955-64). 1º Edição. Florianópolis: Universidade/UFSC, 1986.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas.** 1º Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org). ***Eu marcharei na tua luta!:*** a vida de Elizabeth Teixeira. 2º Edição. Campina Grande: Eduepb, 2012.

BEZERRA, Sabrina Rafael. **No direito, o gênero:** mulheres e experiências na Paraíba (1956-1972). Dissertação (mestrado em História), CCHL/ UFPB, João Pessoa, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

__________. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1, Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 22º Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

GARCIA JR, Afrânio Raul; PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: SACHS, Ignacy, PINHEIRO, Paulo Sérgio; WILHEIM, Jorge (Org.). **Brasil:** um século de transformações. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p 43-71.

HAM, Antônia Maria Van. et al. **Memórias do povo:** João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar. 1º Edição. João Pessoa: Idéia, 2006.

LEMOS, Assis; PORFÍRIO, Waldir. **João Pedro Teixeira:** a saga de um mártir. Campina Grande: Editora EDUEPB, 2013.

MONTENEGRO, Antônio Torres**.** Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução**.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano -** O tempo da experiência democrática - democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1º Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3, p. 241-271.

____________As ligas camponesas e os conflitos no campo. *Saeculum*, João Pessoa: nº 18, p. 11-38, 2008.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Ligas Camponesas: História de uma luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 243-257.

MUNIZ, Roberto Silva. **A fabricação de João Pedro Teixeira:** Como o Herói Camponês. Dissertação (mestrado em História). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro,Ed.Vértice, nº.3, p.3-15, 1989.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte e Esperança de vida:** uma história das ligas camponesas na Paraíba. Dissertação(mestrado em História).Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campina. Campina –SP, 2000.

RAMOS, Severino. **Marcado para morrer:** a saga das Ligas Camponesas de Sapé e a morte de seu líder, João Pedro Teixeira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução Alain François, *et al.* Edição,Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SCOCUGLIA, Afonson Celson. História e educação popular no Brasil (1961-1970). **Revista de Educação Pública,** Cuibá, v. 8, n.14, p. 164-185, 1999.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal**. Revista Brasileira de Ciência Política,** Brasília,nº:05, p. 217-243, 2011.

TARGINO,Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. **As Ligas Camponesas na Paraíba:** um relato a partir da memória dos seus protagonistas. *Revista Ruris*. V.5, nº 1, p. 83-117, 2011.

XAVIER, Wilson José Felix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé:** Memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964). Dissertação (mestrado em Educação). UFPB. João Pessoa, 2010.